



Repercussões da Extensão Universitária na preservação do Centro Histórico de Santa Maria Madalena – RJ

Repercussions of University Extension actions in
the preservation of the Historic Centre of Santa
Maria Madalena - RJ

*Andréa da Rosa Sampaio, Professora EAU-PPGAU-UFF-
Universidade Federal Fluminense, andreasampaio@id.uff.br*

*Sergio Rodrigues Bahia, Professor EAU-UFF-Universidade
Federal Fluminense, sergiorodriguesbahial@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento de dois Projetos de Extensão universitária, tendo como objeto o centro histórico da cidade de Santa Maria Madalena, situada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. As ações do projeto ocorreram em função do processo de tombamento paisagístico do centro histórico pelo IPHAN, ainda em curso. Introduzindo as novidades emergentes com a possibilidade de tombamento, a equipe do projeto buscou construir um campo de informação, discussão e envolvimento da Administração Municipal e da população na defesa da preservação da paisagem do centro histórico. A morosidade do processo de tombamento, a conjuntura de ausência de instrumentos de proteção e a falta de capacitação do quadro técnico municipal, resultam em ameaças concretas à conservação do patrimônio ambiental urbano. Mobilizaram-se grupos contrários e favoráveis ao tombamento, com discursos distintos em termos de noção de desenvolvimento. Como conciliar interesses difusos e instaurar um processo participativo diante da ameaça premente de descaracterização da paisagem defendida por segmentos de interlocutores locais? Essa experiência sublinha o quanto a construção de um olhar sobre a paisagem local e a tentativa de construção de uma política de preservação em nível municipal pode se tornar o elemento chave para se discutir não só a cidade, mas o desenvolvimento municipal. Por outro lado, a conjuntura atual encontra-se na contramão do avanço da municipalização das políticas do patrimônio.

Palavras Chave: centro Histórico; preservação; participação social; gestão urbana

ABSTRACT

The present paper proposes a reflection on the development of two university extension projects, taking as object the historical centre of the city of Santa Maria Madalena, located in the mountain region of the State of Rio de Janeiro. The project actions took place due to the process of heritage and landscape protection of the historic centre by IPHAN, still in progress. Announcing the emerging news with the possibility of heritage listing, the project team sought to build a field of information, discussion and involvement of the Municipal Administration and the population in defense of the preservation of the landscape of the historic centre. The slowness of the listing process, the lack of protection instruments and the lack of training of the municipal technical staff, result in concrete threats to the conservation of the urban environmental heritage. Opposite and favorable groups were mobilized for the preservation process, with diverse discourses in terms of the notion of development. How to reconcile diffuse interests and implement a participatory process in the face of the urgent threat of de-characterization of the landscape, defended by segments of local interlocutors? This experience underlines how much the construction of a view on the local landscape and the attempt to construct a landscape preservation policy at the municipal level can become the key element to discuss not only the city, but the municipal development. On the other hand, the current situation is against the advance of the municipalization of the policies of the patrimony.

Keywords/Palabras Clave: historic centre; preservation; social participation; urban management

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento de dois Projetos de Extensão universitária¹, tendo como objeto o centro histórico da cidade de Santa Maria Madalena, situada na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. As ações do projeto ocorreram paralelamente ao processo de tombamento paisagístico do centro histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, protocolado em 2011, tendo como base estudos iniciados em 2010, para os quais os autores contribuíram a partir de viagens de estudos com alunos².

Cabe sublinhar que o reconhecimento do valor do centro histórico de Madalena como patrimônio cultural perante os órgãos de tutela ocorreu ainda em 2009, com a inclusão da cidade na seleta lista de municípios do Estado do Rio de Janeiro a serem contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH). Tal expectativa seria importante para a concretização dos benefícios do tombamento, o que efetivamente não ocorreu.

Diante da morosidade do processo de tombamento, até hoje ainda não aprovado, e da conjuntura de ausência de instrumentos de proteção, bem como da falta de capacitação do quadro técnico municipal, emergem ameaças concretas à conservação do patrimônio ambiental urbano local. O surgimento de uma mobilização contrária ao tombamento por parte de alguns proprietários de imóveis no centro histórico demonstra a prevalência da lógica individualista do direito à propriedade, que desconsidera sua função social constitucional e não compreende a dimensão coletiva da paisagem, conforme será discutido.

Na qualidade de arauto das novidades emergentes com a possibilidade de tombamento, a equipe do Projeto de Extensão buscou construir um campo de informação, discussão e envolvimento da Administração Municipal e da população na defesa da preservação de valores por demais intangíveis segundo a forma consolidada de leitura sobre o tema. A conservação da paisagem da cidade entrou na pauta cotidiana de discussão da sociedade e da Administração Pública local, sobretudo a partir das ações do Projeto.

O que se percebe, na prática, a partir da realização das ações de extensão, é o quanto a construção de um olhar sobre a paisagem local e a tentativa de construção de uma política de preservação dessa paisagem em nível municipal pode se tornar o elemento chave para se discutir não só a cidade, mas o desenvolvimento municipal. Em outras palavras, é a interessante percepção de que a condição de fragilidade das administrações públicas locais pode ser trabalhada segundo um tema ainda controverso –mais efetivamente na visão dos proprietários de imóveis – mas que agrega em sua discussão valores por demais caros e necessários ao realinhamento do desenvolvimento local frente ao contexto contemporâneo. Este é o foco da reflexão que o presente artigo se propõe a conduzir, a partir da experiência empírica do Projeto de Extensão, que caminha paralelamente ao processo de tombamento do centro histórico da cidade pelo IPHAN.

¹ Projetos de Extensão *Patrimônio Cultural, Paisagem e Sociedade: desafios da conservação em Santa Maria Madalena* (PROEXT-MEC 2011/ UFF), desenvolvido em 2012, e *Conhecer para conservar: ferramentas para a gestão do Centro Histórico de Santa Maria Madalena-RJ* (PROEX/UFF), em 2013, coordenados pelos autores do presente artigo. Mais informações em <https://www.facebook.com/conservacaodopatrimoniodemadalena>.

² Merece destaque que os trabalhos realizados na atividade de Viagem de Estudo 1 ao município em 2010 alcançaram repercussão externa, sendo apresentados no IPHAN no ciclo de Oficinas de Preservação, assim como geraram publicações de matérias no Globo *online*, disponíveis nos seguintes links:
<<http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2010/11/25/trabalho-de-alunos-da-uff-mostra-olhar-dos-moradores-sobre-possibilidade-de-tombamento-de-santa-maria-madalena-923113687.asp>>.
<<http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2011/03/22/imoveis-historicos-de-santa-maria-madalena-correm-risco-de-serem-demolidos-ou-terem-suas-caracteristicas-alteradas-924065562.asp>>.

Enquanto no cenário nacional busca-se a construção de políticas integradas de preservação do patrimônio³, efetivando o compartilhamento de competências e responsabilidades, já constitucionalmente instituídas, entre os níveis de poder público e a comunidade, o caso de Santa Maria Madalena encontra-se na contramão do avanço da municipalização das políticas de patrimônio. Cabe pontuar a dificuldade desse caso, como em outros análogos, em que reduzida escala da sociedade e a precariedade da estrutura político-administrativa dificultam a neutralidade da gestão urbana.

Tal processo expõe as dificuldades em conciliar interesses difusos e, principalmente, em instaurar um processo participativo diante da ameaça premente de descaracterização da paisagem defendida por segmentos de interlocutores locais. O grupo da sociedade contrário ao tombamento representa, de fato, uma ameaça à integridade do conjunto, tendo em vista a resistência ao tombamento e o crescente bota-abixo do casario, sobretudo na rua principal da cidade.

A experiência dos projetos suscita uma reflexão tanto sobre a prática e os resultados de ações extensionistas como atividade acadêmica, quanto sob o ponto de vista da conjuntura de planejamento urbano de cidades de pequeno porte, e ainda, da relação da sociedade com o valor do patrimônio cultural. Inicia-se o trabalho delineando o objeto empírico em discussão: o processo de tombamento paisagístico do centro histórico da cidade a partir das visões antagônicas da sociedade local. Em seguida, contextualiza-se a conjuntura político-administrativa do Município e a estrutura de gestão municipal, para que se discuta, na sequência, as ações e repercussões do projeto de extensão. Conclui-se o artigo levantando-se algumas considerações sobre as possibilidades e desafios para a realização de projetos de extensão e para o planejamento urbano e a salvaguarda do patrimônio em escala local.

O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO PARA A SOCIEDADE MADALENENSE

A cidade possui um significativo conjunto edificado da segunda metade do século XIX, herdado do período áureo da economia cafeeira, que se encontra ameaçado pela ausência de instrumentos de preservação, pela falta de quadro técnico municipal especializado e pela rudimentar conscientização do valor patrimonial do centro histórico por parte da sociedade civil. Somente alguns segmentos da sociedade e da Administração Pública local compreendem a potencialidade do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento urbano do município.

Implantada em um vale, o patrimônio ambiental urbano madalenense combina valor paisagístico e significação cultural. A original mancha urbana de Madalena – hoje centro histórico da cidade – conserva, em grande parte, o padrão urbanístico característico de meados do século XIX e início do século XX, quando a cidade viveu seu período áureo, dinamizado pelo ciclo do café.

Dotado de áreas públicas generosas, o centro histórico abriga um conjunto urbano que mescla a arquitetura tradicional residencial, de casarões térreos de traços coloniais, com chalés ricamente ornamentados, representativos da herança cultural da cidade, outrora palco de vida cultural pujante. A relação do conjunto arquitetônico com os atributos cênicos do sítio, imprime uma singularidade, que a distingue no contexto regional de urbanização desordenada, definindo sua identidade, sendo considerada como a “joia da serra”, entre outras qualificações.

³ O IPHAN vem empreendendo a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC). Vide discussões em: IPHAN (2012).

Mas a permanência dessa paisagem até os dias atuais não se deve a uma ação de planejamento voltada à preservação de tal ambiência. Contribuíram para essa condição a própria condição geográfica de isolamento da cidade em relação à rede urbana do estado, assim como o fraco desempenho da economia municipal da segunda metade do século passado. Isolada pela extinção da ferrovia em 1965, a economia do município estagnou-se, na década de 1970, pela falta de atividade que impulsioneasse sua economia. A cidade ficou, portanto, à margem da urbanização desenfreada da época e da crítica emergente ao negativo impacto das demandas contemporâneas sobre o meio ambiente e áreas históricas.

Os estudos desenvolvidos nas atividades acadêmicas revelam a vulnerabilidade do centro histórico, tendo em vista o risco iminente de perda e descaracterização patrimonial, diante da desproteção legal e da tendência crescente de intervenções e mudanças de usos. Tais obras, consoantes com a legislação edilícia vigente, mas alheios aos critérios de conservação do patrimônio, vêm provocando prejuízos à unidade visual do patrimônio ambiental urbano.

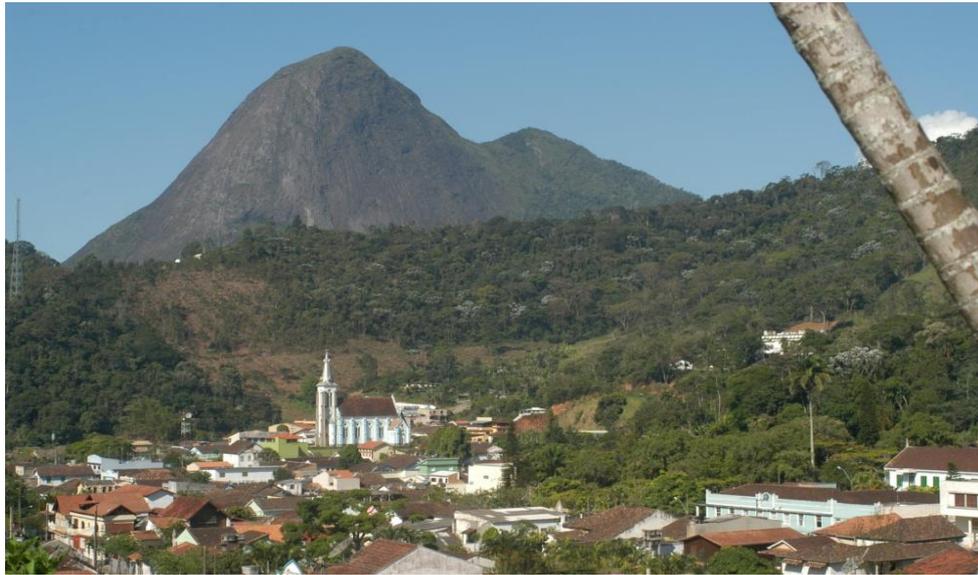
O “risco” de tombamento acelera tal quadro, resultante da insuficiente consciência patrimonial por parte da comunidade, incluindo alguns arquitetos atuantes no local, que fazem intervenções desastrosas do ponto de vista da preservação do conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade. Além disso, a não obrigatoriedade de licenciamento de demolições resultou, em poucos meses, num *bota-abaixo* na rua principal – seu eixo comercial – a rua Barão de Madalena.

A proposta de inscrição desse singelo, mas expressivo, centro histórico como Bem Tombado Nacional corrobora a ampliação e diversificação da noção de patrimônio cultural para além dos monumentos excepcionais, tombados na denominada “fase heroica” do IPHAN, a partir do reconhecimento de uma série de bens, não monumentais, mas fundamentais para a compreensão da formação do país⁴. Esse deslocamento conceitual, conforme apontado por diversos autores⁵, corresponde à passagem da noção de patrimônio preservado sob a ótica de cidade-monumento, para uma noção ampliada de bens culturais salvaguardados a partir da noção de cidade-documento, em que se enfatiza a construção da história urbana do país. O patrimônio ambiental urbano de Madalena se enquadra nesse caso, sobretudo, ao se estudar o contexto regional de herança do ciclo do café.

Madalena insere-se no contexto de cidades conservadas em função da estagnação econômica, em que se resguardou a homogeneidade do conjunto urbano, por falta de pressão de renovação, enquanto sua população perdia capacidade econômica ou se deslocava para outros centros urbanos. Essa conjuntura torna compreensível a resistência de alguns moradores em relação à preservação do centro histórico. Para este grupo, desenvolvimento e progresso estão diretamente associados às possibilidades de intervenção, renovação e adensamento de seus imóveis.

⁴ Tombamentos de cidades históricas tais como Goiás (GO), Pirenópolis (GO), Alcântara (MA), Corumbá (GO), Laranjeiras (SE), Parnaíba (PI), entre outras.

⁵ Choay (2001) discute a ampliação do objeto patrimonial num panorama internacional. O panorama brasileiro é discutido por Castriota (2009), Bonduki (2010), entre outros, sendo a política federal estudada por FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN/ UFRJ, 1997.



A iminência do tombamento mobiliza a população contra e a favor da preservação, tema que passou a ser pauta de debates cotidianos na pequena cidade. Verificamos a veiculação de muitas informações truncadas, inclusive no jornal local. Há, portanto, necessidade de uma maior conscientização sobre o tema, através do reconhecimento do valor patrimonial do centro histórico.

Nesse processo, explicitou-se a existência de dois discursos distintos: um representativo das possibilidades de desenvolvimento advindas da implementação de políticas e ações atreladas ao tombamento paisagístico, e outro cuja leitura associa tombamento à estagnação, ao engessamento e à impossibilidade de desenvolvimento econômico. Percebeu-se, com isso, o grande desafio de ter de ajustar a noção de desenvolvimento reinante por parte de um grupo da sociedade civil – majoritariamente os proprietários de imóveis no centro histórico – para quem o ato de tombamento os cercearia da “liberdade” de definir o que bem fazer de suas propriedades e, com isso, não mais poder ampliar a área construída através da renovação de seus imóveis.

O surgimento de uma mobilização contrária ao tombamento por parte de alguns proprietários de imóveis no centro histórico demonstra a prevalência da lógica individualista do direito à propriedade que não aceita a sua função social constitucional e não compreende a dimensão coletiva da paisagem⁶. Tal quadro indica a necessidade de se trabalhar a conscientização do valor patrimonial do centro histórico, sobretudo pelo seu potencial de alavancar o desenvolvimento urbano do município.

Embora já seja amplamente aceito que o papel do patrimônio cultural como um dos atributos que qualifica espaços urbanos, confere valor, distingue e identifica cidades e lugares, nutrindo laços

⁶As polêmicas sobre o tombamento foram divulgadas no Jornal local, na TV regional, e na coluna do Ancelmo Góis no Globo (06/08/2012), sob o título 'Calma gente', disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/08/06/as-fotos-de-hoje-458866.asp>>; Jornal O Madalenense, 30/04/2012, 'UFF implanta projeto de preservação do patrimônio cultural.' Jornal O Madalenense, 24/08/2012 'Tombamento: como devemos nos posicionar? A preservação do patrimônio histórico de Santa Maria Madalena em discussão.' Jornal O Madalenense, edição de setembro. Publicação de texto nosso, como coordenadores do projeto: Esclarecendo questões sobre a preservação do centro histórico de Madalena. Jornal O Madalenense. 30/09/2013. p. 9. <<http://www.omadalenense.com.br>> (Matéria sobre a reunião ocorrida em 26/04/2012).

socioambientais (IPHAN, 2010), esta noção ainda não foi assimilada como senso comum, como observado nas visões antagônicas sobre o tema, tanto em grandes centros urbanos quanto em pequenas cidades, como Santa Maria Madalena.

O que vem a ser o “centro histórico”? Por que preservá-lo? O que significa valor paisagístico? Essas questões entraram na ordem do dia dos madalenenses a partir do momento em que foi divulgado o processo de tombamento, sobretudo através da nossa atuação no Projeto de Extensão. Entretanto, embora de ordem técnica, são subjetivas, pois suas respostas são relativas a juízos de valor. Buscando construir argumentos para subsidiar a apropriação dos valores patrimoniais pela sociedade e pela Administração Pública à gestão da conservação do patrimônio e da paisagem madalenenses, o projeto apoiou-se em referenciais do campo do Urbanismo e do Patrimônio Cultural, buscando a convergência de seus conceitos aplicada ao caso, em particular no embate do desenvolvimento x preservação.

O olhar sobre o centro histórico adota como premissa a noção de cidade como bem cultural de Meneses (2006), que oferece uma base conceitual para a compreensão da intrincada conjuntura de processos e agentes envolvidos no caso. Ulpiano Meneses concebe a cidade como um artefato socialmente apropriado em três dimensões intimamente imbricadas que agem solidariamente: a *dimensão do artefato*, já que a urbanização é um produto próprio da sociedade; a *dimensão do campo de forças*, em cujo espaço se desenvolvem tensões e conflitos na economia, na política, na vida social, nos processos culturais etc. e, finalmente, a *dimensão das significações*, que dotam de sentido e inteligibilidade o espaço. Para o enfrentamento de tais dimensões no caso empírico, adota-se um olhar não idealizado do bem cultural, buscando-se compreender a dinâmica na escala local.

Não é exagero afirmar que o Projeto de Extensão da UFF despertou na cidade uma nova forma de olhar para a questão do patrimônio. Poder-se-ia até afirmar que foi ele o responsável pela introdução de um tema por suposto novo aos madalenenses. Muito embora o município já tivesse vivenciado num recente passado a experiência esporádica de tombamento de um exemplar de sua arquitetura oitocentista – o prédio da delegacia de polícia⁷ –, tal experiência seguiu os passos de uma preservação ainda fundada no entendimento do valor do prédio como obra isolada de excepcional qualidade. Não querendo minimizar tal fato e os ganhos da luta travada pelos madalenenses na virada do século XX ao XXI – tombamento em nível municipal⁸ do prédio da delegacia – essa experiência resultou na preservação de um edifício institucional, ao qual caberia à Administração Pública a tarefa de garantir administrativa e financeiramente a perpetuação de sua essência cultural às futuras gerações.

O tombamento do sítio histórico e paisagístico de Santa Maria Madalena poderá ser uma medida chave para a conciliação do desenvolvimento sustentável de seu centro urbano à preservação do patrimônio cultural e do sítio paisagístico, contribuindo, sobretudo, para a regeneração econômica do município, cujas atividades de turismo cultural e ambiental podem impulsionar o desenvolvimento local.

⁷ O sobrado eclético da Delegacia destaca-se no conjunto de uma das duas Praças da cidade e seria demolido para a instalação de projeto padrão do Governo do Estado.

⁸ Ainda que sem legislação municipal que regulamente o tombamento.

O CONTEXTO POLÍTICO ADMINISTRATIVO

A partir do Projeto de Extensão foi possível perceber o quanto a construção de um olhar sobre a paisagem local e a tentativa de construção de uma política de preservação dessa paisagem em nível municipal pode se tornar o elemento chave para se discutir não só a cidade, mas o desenvolvimento municipal. Em outras palavras, é a interessante percepção de que a condição de fragilidade das administrações públicas locais pode ser trabalhada segundo um tema ainda controverso – a preservação do patrimônio cultural –, sobretudo na visão dos proprietários de imóveis, mas que agrega em sua discussão valores por demais caros e necessários ao realinhamento do desenvolvimento local frente ao contexto contemporâneo.

O Município de Santa Maria Madalena apresenta particularidades no tocante às questões político-administrativas. Com uma população de aproximadamente 10 mil habitantes e estando a metade localizada na sede urbana, sua estrutura administrativa bem reflete as consequências de um quadro de estagnação econômica que por décadas se abateu sobre essa região do estado. Embora a Administração Pública local seja o grande empregador, a qualificação dos seus funcionários não acompanhou as novas demandas impostas pelo exercício das funções administrativas. Da mesma forma, a legislação urbanística municipal – Códigos de Obras e de Posturas – ainda é a mesma de quatro décadas passadas, reproduzindo certa tendência da década de 1970 em que tais instrumentos legais praticamente reproduziam um “quase modelo” de ampla aplicação em municípios do interior, com abordagem genérica dos temas tratados. Contudo, ressalva há de ser feita no tocante ao reconhecimento no texto do Código de Obras de uma área histórica na cidade, ainda que esta, de fato, só viesse a ser oficializada quando da atuação da equipe do Projeto de Extensão, em 2012, cerca de 35 anos após tal menção.

A fragilidade da escala de abordagem do controle do solo urbano torna-se mais evidente quando se percebe que o texto legal trata o lote como a única referência a partir do qual o potencial construtivo se define, desvinculando qualquer forma de abordagem que remeta a um contexto mais amplo, desconsiderando-se, assim, a própria paisagem do Centro Histórico da cidade. Mas, somado a esses descompassos normativos, acrescenta-se o fato de não raro se perceber a falta de cobrança da Administração Pública local em relação às infrações cometidas aos instrumentos urbanísticos: várias práticas edilícias divergem dos dispositivos legalmente estabelecidos desde a década de 1970 sem, contudo, ter havido punição por isso (BAHIA e SAMPAIO, 2012). Reflete, pois, um modo específico de conduzir a coisa pública que, como consequência, acaba por alimentar a imagem de um Poder Público por demais permissivo, que não cobra deveres que deveriam ser cobrados e, por isso, acaba por cristalizar a figura da impunidade.

Esse cenário bem retrata a conjuntura político-administrativa na qual a gestão pública local se insere, sublinhando dificuldades primárias a enfrentar no caminho da municipalização das políticas do patrimônio. Contudo, há de se registrar avanços. No ano de 2001 foi criado o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (CMPPHCA), mas foi somente no ano de 2009 que o Conselho passou a ter sua primeira composição definida, coincidente à elaboração do Plano de Ação orientado pelo IPHAN.

Em esforço de pleitear verbas e se enquadrar no Sistema Nacional de Patrimônio, a Prefeitura Municipal elaborou o Plano de Ação, o que poderia representar um avanço na municipalização das políticas de patrimônio. No entanto, embora a metodologia proposta pelo IPHAN se baseasse num processo participativo, através do qual as demandas fossem sistematizadas a partir dos órgãos setoriais e das instituições civis, na prática, em função dos prazos, foi realizado por um grupo de trabalho das Secretarias de Turismo e Cultura e Planejamento. Esse esforço empreendido resultou

na elaboração das planilhas em que constam o diagnóstico, a relação dos bens culturais e as demandas de recursos para a implementação de políticas de salvaguarda do patrimônio.

Em 2009, autoridades das três esferas de Governo assinaram o Plano de Ação, pactuando a gestão compartilhada e a inclusão de 17 municípios do Estado do Rio de Janeiro, inclusive Santa Maria Madalena, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-CH) das Cidades Históricas. Assim, mesmo sem ter ainda criado o centro histórico da cidade, já a reconheciam e, por isso, pleiteavam recursos específicos voltados à execução de obras em cidades reconhecidamente detentoras de patrimônios de significativo valor.

No decorrer das ações extensionistas da universidade, a delimitação oficial do Centro Histórico estimulou a atuação do Conselho de Patrimônio, uma vez criada a necessidade de análise dos primeiros processos para intervenções em imóveis no centro histórico da cidade. Dos avanços pontuais conquistados a cada contato travado durante as visitas e reuniões técnicas, talvez o mais significativo tenha sido a assistência técnica dada ao CMPPHCA, que possibilitou o seu funcionamento e, com isso, a sinalização da repercussão positiva do Projeto de Extensão na Administração Pública local. As orientações contribuíram na instrução de processos de licenciamento de obras, impedindo descaracterizações no centro histórico, empregando modelagem 3D do sítio histórico. No entanto, com a mudança de Governo em 2013, o Conselho foi desativado e, posteriormente, extinto, prevalecendo a tendência de renovação da paisagem urbana.

Não obstante encontrar esse cenário político-administrativo bastante consolidado, as atividades do Projeto de 2012 tiveram ainda que lidar com o período preparatório das eleições municipais, no qual foram acirradas as discussões em torno do tema preservação & tombamento, gerando uma tensão pela politização do assunto e ampliando sua repercussão social.

No tocante ao contexto político-administrativo de Santa Maria Madalena, a experiência extensionista sublinhou o quanto a construção de um olhar sobre a paisagem local e a tentativa de construção de uma política de preservação dessa paisagem em nível municipal pode se tornar o elemento chave para se discutir não só a cidade, mas o desenvolvimento municipal.

O PROJETO DE EXTENSÃO: AÇÕES E REPERCUSSÕES

O Projeto de Extensão universitária (2012) foi concebido visando a construção, junto à sociedade civil e aos órgãos da Administração Pública local, de procedimentos, instrumentos e de uma consciência local sobre a importância da conservação do patrimônio cultural e paisagístico. A proposta de Projeto foi elaborada concomitantemente ao encaminhamento do processo de tombamento junto ao IPHAN e, por isso, havia a expectativa que os trabalhos, quando iniciados, já contassem com o tombamento concluído. Contudo, até os dias atuais o processo encontra-se ainda por finalizar. Tendo em vista esse quadro, tornou-se necessário reorientar algumas ações do Projeto de Extensão original, dada a impossibilidade de se trabalhar a partir de parâmetros concretos para o sítio tombado. Não sendo possível partir da situação inicialmente prevista, foram, então, desenvolvidas as seguintes ações:

- Orientação técnica das ações do Executivo relativas à preservação do patrimônio no âmbito de suas competências, sobretudo a capacitação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (CMPPHCA) para que possa atuar na orientação e aprovação de reformas e novas construções;

- Conscientização da sociedade civil quanto ao seu papel na conservação do patrimônio cultural e paisagístico Madalenense. Este foi um dos aspectos mais amplamente trabalhados;

- Promoção do intercâmbio entre os saberes acadêmico e o popular, propiciando a experimentação de metodologias e a produção de conhecimento socialmente aplicado;

Na qualidade de arauto das novidades emergentes com a possibilidade de tombamento, a equipe do Projeto de Extensão buscou construir um campo de informação, discussão e envolvimento da Administração Municipal e da população na defesa da preservação de valores por demais intangíveis segundo a forma consolidada de leitura sobre o tema. A conservação da paisagem da cidade entrou na pauta cotidiana de discussão da sociedade e da Administração Pública local, sobretudo a partir das ações do Projeto.

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (CMPPHCA) teve a sua atuação reestabelecida a partir de 2012, por recomendação do Projeto de Extensão. Foram realizadas sessões de orientação técnica dos membros do Conselho, na análise de projetos de intervenções em imóveis no centro histórico da cidade, conforme já mencionado no capítulo anterior.

Para estimular a criação da consciência do valor paisagístico do centro histórico de Santa Maria Madalena, foram elaboradas ferramentas a fim de permitir a leitura do valor patrimonial da arquitetura inserida à paisagem. Aliando conceitos de urbanismo e do patrimônio cultural à gráfica digital, foram produzidas ferramentas para caracterização do valor patrimonial do sítio—mapas, perfis e modelo tridimensional, com intuito de auxiliar a tutela do sítio pelo IPHAN, a partir do tombamento, e pelo Poder Municipal. Buscava-se, dessa forma, conscientizar a população e os gestores municipais dos prejuízos das crescentes descaracterizações que assolam a cidade.

Também os grupos sociais receberam orientação técnica a respeito da finalidade e das consequências do tombamento, bem como sobre a tramitação de um processo de tombamento. Além das reuniões gerais, foram realizadas reuniões específicas com grupos pró-tombamento e contrário ao tombamento, onde recursos visuais foram utilizados explicitando simulações de cenários distintos e, com isso, promovendo a reflexão sobre a necessidade de preservação da ambiência característica do centro histórico da cidade.

As ações da equipe técnica na cidade iniciaram durante o período de encaminhamento do processo de tombamento paisagístico do centro histórico pelo IPHAN. Em razão disso, explicitaram-se dois discursos distintos: um representativo do potencial desenvolvimento gerado pela implementação de políticas e ações atreladas ao tombamento paisagístico, e outro cuja leitura associa tombamento à estagnação, ao engessamento e à impossibilidade de desenvolvimento econômico. Percebeu-se, assim, o grande desafio de ter de ajustar a noção de desenvolvimento reinante por parte de um grupo da sociedade civil – majoritariamente os proprietários de imóveis no centro histórico – para quem o ato de tombamento os cercearia da “liberdade” de definir o que bem fazer de suas propriedades e, com isso, não mais poder ampliar a área construída através da renovação de seus imóveis.

Foram postos em dúvida a aplicação de princípios democráticos, uma vez que o órgão de tutela federal não ouviu com antecedência os munícipes madalenenses contrários à ideia do tombamento. Mas, como incluir essa suposta “pauta democrática” diante da ameaça premente de descaracterização da paisagem defendida por esses respectivos interlocutores locais? Eles representam, de fato, a ameaça à preservação que tanto se deseja combater com o ato do tombamento. Assim, e de forma democrática – por seguir os princípios das normas legais

estabelecidas – o IPHAN implementou ações para o processo de tombamento paisagístico do centro histórico da cidade. O que há, na realidade, é a prevalência do doméstico sobre o público e das relações familiares sobre as institucionais.

Entre as reações contrárias à proposta de tombamento, surgem também os argumentos de descontentamento em função dos custos de manutenção do casario antigo, e a busca de uma imagem de progresso associada a novos edifícios no centro da cidade em contraposição à paisagem tradicional.

Enquanto o processo de tombamento não é levado a termo pelo IPHAN, há, nesse período marcado por incertezas, o mérito da criação de uma arena democrática para a manifestação das diferentes visões de cidade almejada por seus habitantes. Buscou-se impulsionar a construção de uma cultura de preservação. Respalgadas em entendimentos distintos de ideário de progresso, desenvolvimento e direito de propriedade, surgiram respostas da população contrárias e favoráveis à proposta de tombamento.

Os embates observados em Santa Maria Madalena enquadram-se nas crescentes tensões ocorridas em outros sítios históricos, conforme apontado por Fernandes (2010, p.33), relacionadas à “questão sempre nevrálgica da propriedade privada”. Ao revisar os princípios que regem o Instituto do Tombamento e os conflitos engendrados na sua aplicação, o jurista e urbanista argumenta que o instituto do Tombamento tem sido progressivamente “ineficaz por si só em promover a proteção jurídica de bens de valor cultural que se encontram na propriedade de particulares” (Fernandes, 2010, p. 32). Com a valorização dos imóveis em contextos de especulação imobiliária, tem havido resistência ao tombamento e pressões para a demolição de bens, sobretudo devido a não adoção de medidas compensatórias para os proprietários.

O bordão levantado pelos opositores ao Tombamento na cidade, exposto em faixas nas fachadas de suas casas, é “Diga não ao Tombamento”, justificado pela defesa do cristalizado entendimento de que “quem manda na minha casa sou eu”⁹. No discurso desse grupo, como aceitar que o IPHAN – venha a “ditar” regras sobre o que pode e o que não pode ser feito na cidade?

Por outro lado, foi necessário a mobilização contrária ao tombamento ganhar as ruas da cidade ostensivamente, para que o outro grupo – “pró” – percebesse a necessidade e urgência da mobilização, para melhor estudar e defender, segundo a prática democrática, as novas possibilidades.

Além desse cenário de enfrentamentos, as atividades do Projeto de 2012 tiveram ainda que lidar com o período de campanha eleitoral para as eleições municipais, o que acirrou as discussões, gerando uma tensão pela politização do assunto, ampliando sua repercussão social.

Diante desse quadro, não obstante a necessidade de ordenação urbana e do tombamento como proteção legal, recorre-se ao argumento de Choay (2001) de que a conservação urbana não é apenas uma questão a ser formalizada somente em leis, mas primeiramente deve ser uma atitude de formação de mentalidade.

⁹ As manifestações repercutiram em mídias regionais e mesmo em nota no Globo sobre a mobilização de moradores contrários ao tombamento e a atuação do projeto da UFF. O Globo. Coluna do Ancelmo Góis, dia 06/08/2012. Calma Gente. Disponível no link <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/08/06/as-fotos-de-hoje-458866.asp>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de extensão universitária envolvendo o processo de preservação do Centro Histórico da cidade de Santa Maria Madalena sublinha a necessidade de melhor aparelhamento das estruturas administrativas locais, assim como ações prévias no campo da educação patrimonial a fim de melhor acolher efetivas práticas de preservação.

As ações dos Projetos de Extensão propiciaram aos moradores da cidade de Santa Maria Madalena a construção de um debate sobre a preservação do patrimônio e suas implicações no desenvolvimento local. As informações técnicas difundidas alimentaram o entendimento de grupos favoráveis e contra à proposta de tombamento paisagístico do Centro Histórico da cidade, ainda em curso no IPHAN.

O caso de Santa Maria Madalena evidencia as dificuldades do ordenamento urbanístico local, a necessidade de capacitação do quadro técnico e os interesses difusos engendrados nas conjunturas sociais e políticas. Nesse sentido, o projeto propôs a capacitação da Administração Pública municipal e a conscientização da sociedade civil local em relação ao valor patrimonial de seu centro histórico.

Em que pese os enfrentamentos e a mobilização contrária ao tombamento, foi gratificante ver a população discutindo os rumos de sua cidade e ver nascer uma mobilização a favor da preservação por parte de jovens, que apoiam a proposta de tombamento e buscam informações para que eles próprios possam construir seu movimento.

Os Projetos de Extensão desenvolvidos ao longo dos anos de 2012 e 2013 acabaram assumindo o papel de estimuladores de uma reflexão sobre a própria estrutura gestora do município, suas políticas e instrumentos. Verifica-se a demanda de uma ampla releitura dos caminhos a serem seguidos rumos ao desenvolvimento local e, como consequência, uma vasta revisão dos seus instrumentos legais e a reestruturação administrativa necessária para tanto.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Sergio Rodrigues. SAMPAIO, Andréa da Rosa. Universidade e Sociedade: desafios da Conservação do Patrimônio Cultural em Santa Maria Madalena-RJ. *Anais do II ENANPARQ*. Natal, 18 a 21 de setembro de 2012. Natal: UFRN, 2012.
- BONDUKI, Nabil. *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.
- CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio Cultural: conceitos, Políticas, Instrumentos*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- FERNANDES, Edésio. "Do Tombamento ao planejamento territorial e à gestão urbana". In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revistando o Instituto do Tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 23-35.
- GONÇALVES, José R. S. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: *DPH/SMC. O direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH/PMSP, 1992. pp. 189-194.

_____. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et alli. (Org.) *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 33-76.

SAMPAIO, Andréa da R., BAHIA, Sergio R. Realinhamentos da Gestão Pública a partir da Preservação: a experiência da cidade de Santa Maria Madalena – RJ In: *Anais do Arquivemória 4 - Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 2013*, Salvador. IAB-BA, 2013.

_____. Patrimônio Cultural, Paisagem e Sociedade: desafios da Conservação em Santa Maria Madalena-RJ. Relatório de projeto de Extensão PROEXT- MEC edital nº 4/ 2011. Niterói, 2013.

_____. Conhecer para conservar: ferramentas para a gestão do Centro Histórico de Santa Maria Madalena-RJ. Relatório de projeto de Extensão PROEX/UFF. Niterói, 2014.